



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
CURSO DE PEDAGOGIA**

GENÁLRIA DE OLIVEIRA SOUSA ARAÚJO

A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO SEXUAL NA CRECHE

GUARABIRA – PB
2011

GENÁLRIA DE OLIVEIRA SOUSA ARAÚJO

A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO SEXUAL NA CRECHE

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, campus III, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de licenciatura plena.

Orientadora: Prof^a Ms. Rosângela de Araújo Medeiros

GUARABIRA – PB
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

A662i Araújo, Genálria de Oliveira Sousa.
A importância da orientação sexual na creche
[manuscrito]. / Genálria de Oliveira Sousa Araújo. – 2011.

38 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2011.
“Orientação: Profa. Ma Rosângela de Araújo Medeiros,
Departamento de Educação”.

1. Educação infantil. 2. Creche. 3. Sexualidade. I.
Título.

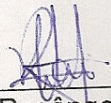
21. CDD 372.216

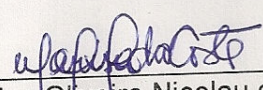
GENÁLRIA DE OLIVEIRA SOUSA ARAÚJO

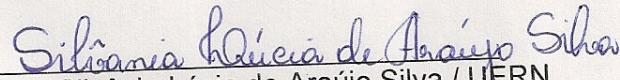
A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO SEXUAL NA CRECHE

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, do Campus III, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de licenciatura plena.

Aprovada em 30/11/11.


Profª Ms. Rosângela de Araújo Medeiros / UEPB
Orientadora


Profª Ms. Marisa Oliveira Nicolau da Costa / UEPB
Examinadora


Profª Ms. Silvânia Lúcia de Araújo Silva / UERN
Examinadora

GUARABIRA – PB
2011

A todos que de, alguma forma, contribuíram para sua realização. A Deus, à toda minha família, principalmente a minha mãe e ao meu cônjuge, que sempre estiveram presentes me incentivando a continuar na jornada do meu curso, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me ter concedido muita luz e sabedoria para chegar até aqui.

À Rosângela Araújo Medeiros, por me ter orientado com paciência e dedicação.

Ao meu cônjuge, Rogério e ao meu filho, Rodolfo, que compreensivamente entenderam os momentos que eu não pude estar presente.

Ao meu pai Manoel (*in memoriam*) e a minha mãe, Maria de Fátima, por terem me dado muito apoio e por terem estado presente em todos os momentos que eu precisei, de forma física, ou somente na lembrança.

Aos meus irmãos, Geane, Geruza e Jefferson, que também foram peças fundamentais durante todo o percurso até aqui.

À Rafaella, minha sobrinha, que sempre ajudou quando precisei.

À Cristina Alves, pessoa a quem tenho muito apreço e admiração, além da minha sogra, Maria Isabel, que é uma segunda mãe.

Aos professores do Curso de Graduação da UEPB, em especial, Silvania Araújo, Rosângela Araújo, e todos os outros que contribuíram ao longo de trinta meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

De modo especial, reservo o meu muito obrigado ao grupo de estudo, formado pelas colegas: Uzenilda, Silvaneide, Ednalva, Elivane e Eliane.

Educadoras e educadores comprometidos com mudanças sociais devem procurar perturbar, sacudir as formas de se posicionarem perante as discussões da educação sexual que, tradicionalmente, vêm sendo realizadas no Brasil.

(JIMENA FURLANI, 2011)

RESUMO

O estudo ora apresentado trata das questões que devem nortear a orientação sexual da criança na Educação Infantil, em especial, na creche. De modo breve, realizamos uma pesquisa de campo, de cunho qualitativo, em creches da rede pública municipal de Guarabira/PB. Não há dúvida que este é um tema de tensão, instabilidades, e, em última instância, de acentuado mal-estar (AQUINO, 1997). Quando falamos em instituições infantis e sexo, entramos em terreno escorregadio e preocupante para pais e professores. Todavia, precisa ser discutido já nos ambientes educativos dos pequeninos, por isso, visitamos duas creches do município a fim de compreender como esse processo tem acontecido entre as crianças. Nosso estudo, enfim, deparou-se com situações que requerem atenção e cuidado das monitoras e professores de creche junto às crianças, o que pressupõe a necessidade desses profissionais estarem conscientes das concepções que giram em torno da sexualidade na primeira infância.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Criança. Creche. Sexualidade.

ABSTRACT

The study presented here with issues that guide the child`s sexuality in early childhood education, especially in the nursery. Briefly, we conducted a field survey, the qualitative character in public daycare centers in the city of Guarabira / PB. There is no doubt that this in an issue of tension, instability, and ultimately, of marked malaise (AQUINO, 1997). When we talk about sex and children`s institutions, we enter a slippery slope and worrying for parents and teachers. However, to be discussed in educational environments have the little ones, so we visited two kindergartens in the municipality in order to understand how this process has happened among children. Our study finally faced with situations that require attention and care of nursery monitors and teachers with children, which implies the need for these professionals to be aware of the concepts that revolve around sexuality in early childhood.

Keywords: Earlychildhood Education. Children.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA ESCOLA ATUAL	13
1.1 CONHECENDO UM POUCO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	13
1.2 RESSIGNIFICANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL: A LDB E OS RCNEIs...	15
1.3 RCNEIs e A SEXUALIDADE INFANTIL.....	18
1.4 O QUE DIZ O DOCUMENTO DO TEMA TRANSVERSAL “ORIENTAÇÃO SEXUAL” SOBRE A SEXUALIDADE INFANTIL	20
2 SEXUALIDADE NA INFÂNCIA	22
2.1 PRINCÍPIOS DA SEXUALIDADE NA INFÂNCIA	22
2.2 O PROFESSOR E SEU OLHAR SOBRE A SEXUALIDADE NA INFÂNCIA.....	25
2.3 POSSIBILIDADES DIDÁTICAS PARA EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA	28
3 A PESQUISA DE CAMPO: UM ESTUDO DE CASO	31
3.1 A PESQUISA.....	31
3.1.1 Caracterização das creches e professoras.....	32
3.1.2 Análise das questões sobre a sexualidade infantil nas creches.....	32
3.2 PRESENCIANDO CENAS DA SEXUALIDADE INFANTIL NA CRECHE.	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE	

INTRODUÇÃO

Nos tempos atuais, cada vez mais temos acompanhado reflexões em torno da Educação Infantil entre pesquisadores, professores e profissionais da educação que vêem neste nível de ensino a possibilidade de garantir desde a primeira infância qualidade na formação das crianças.

A Educação Infantil, primeira experiência da criança em instituição educativa, deve proporcionar o desenvolvimento integral do indivíduo até os 05 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Para tanto, deve existir professores preparados didática e pedagogicamente para acompanhar esse desenvolvimento infantil.

Neste sentido, discussões que envolvem essa fase constituem algo necessário e altamente relevante nos dias atuais. Por isso, neste estudo, buscamos enfatizar como objetivo geral discutir sobre a importância e necessidade da orientação sexual em duas creches do município de Guarabira/PB.

Sendo esta uma pesquisa de campo, de cunho qualitativo, nosso estudo surgiu na realização da disciplina Estágio Supervisionado, momento em que teoria e prática se confrontaram no espaço da creche. Este é, portanto, um estudo de caso que se desenvolveu tendo por instrumentos metodológicos, observações e entrevista com professores.

Há de se ressaltar que não há dúvida que este é um tema “de tensão, instabilidades, e, em última instância, de acentuado mal-estar” (AQUINO, 1997, p.07). Quando falamos da díade “instituição escolar e sexualidade infantil”, entramos em terreno escorregadio e preocupante para pais e professores (escola e família). Todavia, precisa ser discutido já nas salas de aula dos pequeninos, por isso, justificamos a importância de nosso trabalho.

Com base nisso, pretendemos nesta pesquisa conhecer como acontece a orientação sexual de crianças em duas creches. Para tal, dividimos o estudo em três capítulos, assim constituídos:

O primeiro capítulo, intitulado “Breves considerações sobre a Educação Infantil”, traz uma discussão que contempla o conceito e um pouco do histórico de seu desenvolvimento no Brasil; a LDB e os RCNEI, enquanto documentos de ressignificação desta modalidade da educação básica e, para encerrar, destacamos

o que diz o documento do tema transversal “orientação sexual” sobre a sexualidade infantil.

O segundo capítulo trata do tópico “Sexualidade na Infância”, que foi desenvolvido com base nas discussões: princípios da sexualidade na infância; o professor e seu olhar sobre a sexualidade na infância e quais as possibilidades didáticas para a educação sexual na primeira infância.

Já no terceiro capítulo, que intitulamos “A pesquisa de campo: um estudo de caso”, cuja discussão gira no entorno das duas Creches de Guarabira/PB, buscamos refletir sobre as percepções dos professores/monitores acerca das questões sexuais de seus alunos. Além disso, também refletimos nossas próprias percepções. Encerramos com as considerações finais, que trazem nossas impressões conceituais e sugestivas sobre a temática.

1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL

Historicamente, a educação da criança em seus primeiros anos de vida sempre esteve sob a responsabilidade exclusiva da família durante séculos. Tal fato se justifica porque era exatamente no convívio com os adultos e outras crianças que ela participava das tradições culturais e aprendia as normas e regras da sua comunidade, de seu grupo. Todavia, na sociedade contemporânea, a criança tem a oportunidade de frequentar um ambiente de socialização, convivendo e aprendendo sobre sua cultura, tendo por referência diferentes interações com seus pares. E, dentre esses ambientes, destacamos o espaço educativo da primeira infância, a creche, já que é em seu contexto que desenvolvemos nosso estudo, local que possibilita uma vivência social diferente da do grupo familiar, tendo o papel de oferecer acesso a informações e experiências novas e desafiadoras.

Neste capítulo, trazemos uma discussão sobre a Educação Infantil, refletindo seu breve histórico; considerando a Lei de Diretrizes e Bases 9394-96 e os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Apresentamos também uma breve reflexão sobre o papel do professor de Educação Infantil e seu olhar sobre a Sexualidade na Infância.

1.1 CONHECENDO UM POUCO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O surgimento das instituições de Educação Infantil no mundo esteve, de certa forma, relacionado ao nascimento da escola e do pensamento pedagógico moderno, que pode ser localizado entre os séculos XVI e XVII. Mas, também, foram importantes para o nascimento da escola moderna e uma série de outras condições, tais como: uma nova forma de encarar a infância, que lhe dava um destaque que antes não possuía; a organização de espaços destinados especialmente para educar crianças, as escolas (ALMEIDA, SECCHI e SILVA, 2004).

As autoras supracitadas ainda afirmam que, historicamente, tanto creches quanto pré-escolas surgiram juntamente com as escolas e o seu aparecimento tem sido associado ao trabalho materno fora do lar a partir da revolução industrial.

Com o advento do capital, surgiu o estilo de vida urbano-industrial na Europa, e no seu processo histórico, transformaram em força de trabalho homens, mulheres e crianças. Os avanços das forças produtivas, gradativamente, acumularam-se a ponto de contribuir para uma acentuada diminuição do trabalho infantil. A sociedade, então, viu-se diante de uma nova necessidade: ocupar o tempo das crianças, já que seus pais não estavam mais em posição de prover integralmente sua segurança, pois estavam absorvidos pelo trabalho. Desse modo, a instituição educativa constituiu-se em um local importante para atender às demandas sociais e, reiteradamente, vem sendo mobilizada para exercer papel de cuidar e educar (ALMEIDA, SECCHI e SILVA, 2004, p.65).

No Brasil, a Educação Infantil, a partir da Constituição de 1988, passou a ser vista como um dever do Estado e direito da criança, e desde então tem sido redimensionada sua função, procurando superar aquelas concepções em que o ser criança de direitos era negado na sociedade bem como nas políticas públicas, e as raras instituições que ainda existia baseava-se somente no cuidar das crianças de mães trabalhadoras. Depois, em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9394/96, quando incluiu a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica.

Até então, era reconhecida enquanto direito da criança, mas a legislação que regia a educação em nosso país não mencionava que o atendimento da criança em instituições formais de convívio social seria educativo. A creche era lugar de depósito de crianças, que ficavam assistidas o dia todo para que seus pais trabalhassem. Ou, ainda, era lugar de crianças carentes.

Além disso, há que se ressaltar que a educação, de um modo geral, tem que ser vista como um direito social de todas as crianças. Todavia, para que isso aconteça, é preciso que as respeitemos mais, como sujeito de direitos e especificidades, dando-lhes mais atenção enquanto seres que interagem conosco, com as outras crianças e com o mundo que as cerca.

Dentre as diretrizes gerais do MEC para a Educação Infantil, há que se ressaltar que essa primeira etapa da educação básica é oferecida para, em complementação à ação da família, proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança e promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando seu interesse pelo processo de informação da natureza e pela convivência em sociedade (ANTUNES, 2007, p.14).

Em breves palavras, é possível observar o que nos coloca o autor supracitado ao destacar que se a ciência mostra que o período que vai da gestação até o sexto ano de vida é o mais importante na organização das bases para as competências e habilidades que serão desenvolvidas ao longo da existência humana, prova-se que a Educação Infantil efetivamente é essencial, o que nos permite dizer o quanto é importante refletir sobre como garantir sua qualidade.

1.2 RESSIGNIFICANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL: A LDB E OS RCNEI

Como já destacado anteriormente, a Educação Infantil passou a ser considerada a primeira etapa da educação básica a partir da promulgação da LDB 9.394 sancionada em 20 de dezembro de 1996, que trata este nível de ensino de forma diferenciada.

Esta é uma lei que apresentou novos caminhos para a educação de crianças com a idade de 0 a 5 anos, e tem como foco principal para o desenvolvimento das crianças “o brincar e o educar” na instituição escolar. O direito dessas crianças em creches e pré-escolas já estava assegurado na constituição de 1988 e reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, mas a tradução desse direito em diretrizes e normas, no âmbito da educação nacional, teve uma representação significativa de grande importância para a Educação Infantil do Brasil a partir desse período.

Há que se ressaltar que a inserção da Educação Infantil na educação básica, como sua primeira etapa, é o reconhecimento de que a educação começa nos primeiros anos de vida e é essencial para o cumprimento de sua finalidade, como assim está afirmada no Art. 22 da LDB: “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer – lhes meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores”.

Neste sentido, a Educação Infantil recebeu um destaque diferenciado na nova LDB que, antes, não existia nas legislações anteriores. É tratada na Seção II, do capítulo II da Educação Básica, tendo por base os seguintes termos:

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 A educação infantil será oferecida em:

I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31 Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Além destas seções específicas sobre a Educação Infantil, a LDB disponibiliza em outros artigos a definição de aspectos relevantes para essa etapa da educação. Assim, quando se refere à Organização da Educação Nacional no capítulo IV, ela estabelece o regime de colaboração entre a União, os Estados e o Município na organização de seus sistemas de ensino. É afirmada também nesse capítulo a responsabilidade principal do município na Educação Infantil, contando com o apoio financeiro e técnico de esferas federal e estadual.

Na LDB, em seu Artigo 62, também estão inseridos artigos que tratam dos profissionais da educação da educação básica, o que inclui a Educação Infantil. São sete artigos que estabelecem diretrizes sobre a informação e a valorização destes profissionais.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. (BRASIL, 1996)

Existe um artigo das Disposições Transitórias que tem um papel relevante para a Educação Infantil. Trata-se do Art.89, que afirma que “as creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas, no prazo de três anos, a contar da publicação desta lei, integrar-se-ão ao respectivo sistema de ensino”. Portanto, para atender esse prazo, foi necessário que os sistemas de ensino e as instâncias reguladoras da área da educação estabelecessem normas e diretrizes de forma a garantir o caráter educativo das creches e pré-escolas e sua inserção real nos sistemas de ensino, especialmente as creches que, como é sabido, têm-se caracterizado mais por seu caráter assistencial que pelo educativo.

Da leitura desses artigos, é importante destacar, além do que já comentamos a respeito da Educação Infantil como primeira etapa da educação

básica, a necessidade de que a educação infantil promova o desenvolvimento do indivíduo em todos os seus aspectos, de forma integral e integrada, constituindo-se no alicerce para o pleno desenvolvimento do educando. Para o desenvolvimento integral da criança na faixa etária de 0 a 5 anos, torna-se imprescindível a indissociabilidade das funções de “educar e cuidar”, importantes elementos constitutivos de seu processo de aprendizagem.

Em consonância e em resposta a LDB 9394, o governo federal publicou em 1998 os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI), documento que se constitui em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam contribuir com a implantação de práticas educativas que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras.

Sua função, neste sentido, é contribuir com as políticas e programas de educação infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo de técnicos, professores e demais profissionais da educação infantil e apoiando os sistemas de ensino estaduais e municipais (RCNEI, 1998).

Considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos, a qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania devem estar embasadas nos seguintes princípios educativos, assim destacados nos RCNEIs (1998, p.13):

- o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc.;
- o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, aos afetos, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

Além disso, os RCNEIs (1998, p.63), estabeleceram os objetivos gerais para a educação infantil, de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:

- desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos e cuidados com a própria saúde e bem-estar;
- estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade.

Tendo por base o que expomos através dessa discussão, à luz de documentos legais que institucionalizam a Educação Infantil, destacamos que esta exerce função socializadora, e não apenas de passatempo como muitos suspeitam, pois, possibilita o desenvolvimento do lugar social das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações lúdicas em que a interação é fundamental.

Esta função socializadora inclui, tal como posto em um dos objetivos acima, o direito a conhecer o corpo, o qual está diretamente relacionado ao desenvolvimento da sexualidade na primeira infância, nossa temática.

1.3 RCNEIs E A SEXUALIDADE INFANTIL

O referido documento enfatiza que o processo de cuidar/educar envolve inicialmente a construção da identidade, inter-relacionada a constituição da sexualidade, de fundamental importância para o desenvolvimento do sujeito, inclusive para sua constituição emocional, pois “relaciona-se com o prazer, necessidade fundamental dos seres humanos. Nesse sentido, é entendida como

algo inerente, que está presente desde o momento do nascimento, manifestando-se de formas distintas segundo as fases da vida” (BRASIL, 1998, p. 18).

Este processo de instituição da sexualidade na infância, segundo os RCNEIs, está diretamente relacionada ao contexto sócio-histórico do sujeito, tanto da criança quanto do adulto que a educa, indicando que “a marca da cultura faz-se presente desde cedo no desenvolvimento da sexualidade infantil, por exemplo, na maneira como os adultos reagem aos primeiros movimentos exploratórios que as crianças fazem em seu corpo” (BRASIL, 1998, p. 18). Logo, a forma como o professor reage frente as diferentes manifestações e descobertas sexuais na primeira infância está diretamente relacionada ao seu contexto e sua constituição enquanto pessoa.

Todavia a forma como as crianças relacionam-se com o prazer manifesta-se de forma diferenciada do adulto. Em etapas diferentes, concentram-se mais em determinadas partes do corpo. Quando bebê, “a boca é uma das regiões pela qual as crianças vivenciam de modo privilegiado sensações de prazer, ao mesmo tempo em que se constitui em recurso de ação sobre o mundo exterior” (p. 18-19). Depois, a região anal ganha destaque, quando sente prazer em controlar suas esfíncteres. Nesta fase, há o “o favorecimento da exploração dos órgãos genitais, antes escondidos pelas fraldas”. É quando surge a curiosidade por seus próprios órgãos, “podendo entregar-se a manipulações por meio das quais pesquisamos sensações e o prazer que produzem” (p. 19) Posteriormente, surge o interesse pelo corpo do outro, que pode tornar-se objeto de exploração em diversas interações sociais. E no decorrer do seu desenvolvimento, as relações de gênero constituem-se como lugar central. Afinal,

[...] há um vínculo básico entre o gênero de uma pessoa e suas características biológicas, que a definem como do sexo feminino ou masculino. Perceber-se e ser percebido como homem ou mulher, pertencendo ao grupo dos homens ou das mulheres, dos meninos ou das meninas, se dá nas interações estabelecidas, principalmente nos primeiros anos de vida e durante a adolescência. (BRASIL, 1998, p. 20).

Assim posto, o referido documento analisa que a construção de contato e vínculos com os adultos – pais e professores – desde cedo é essencial para a constituição da sexualidade.

1.4 O QUE DIZ O DOCUMENTO DO TEMA TRANSVERSAL “ORIENTAÇÃO SEXUAL” SOBRE A SEXUALIDADE INFANTIL

Como foi possível observar até agora no texto que estamos desenvolvendo, a infância traz particularidades próprias de uma etapa muito especial na vida do ser humano ao longo do seu desenvolvimento, de sua vida intrauterina até sua autonomia. Tão importante quanto cuidar do ambiente físico e emocional que envolve um bebê que ainda não nasceu, é cuidar da primeira sala de aula do bebê, ou seja, de seu primeiro ambiente socioeducativo, fora do espaço familiar.

Hoje, sabemos que todo bebê, ainda muito antes do alcance da palavra, já absorve de forma intensa toda explosão de sentimentos dos adultos que o cercam e suas experiências com pais, irmãos ou quem dele cuida, ajudando a estabelecer um mapa mental que o guiará por todo seu trânsito pelo pensamento e por sua vida emocional (ANTUNES, 2007, p.110).

Ainda em consonância com o autor, sabemos que desde seu primeiro instante de vida, as situações que envolvem toque, os olhares que recebe e as palavras que acolhe são fundamentais em sua aprendizagem. E, no caso da sexualidade infantil, os contatos de uma mãe com seu filho despertam nele as primeiras vivências de prazer. É o que discute o texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais que versa sobre Sexualidade, definido como um tema transversal que perpassa todo o processo educativo do sujeito, inclusive a Educação Infantil.

Essas primeiras experiências sensuais de vida e de prazer não essencialmente biológicas, mas contribuirão o acervo psíquico do indivíduo, serão o embrião de vida mental do bebê. A sexualidade infantil se desenvolve desde os primeiros anos de vida e segue se manifestando de forma diferente em cada momento da infância. A sua vivência saudável é fundamental na medida em que é um dos aspectos essenciais de desenvolvimento global dos seres humanos (BRASIL, VOLUME PLURALIDADE CULTURAL E ORIENTAÇÃO SEXUAL, 2001, p.117).

Observa-se, portanto, que a sexualidade no indivíduo é construída a partir das possibilidades individuais e de sua interação com o meio e a cultura. Tal como apontam os RCNEIs, é possível afirmar que as crianças recebem desde cedo influências do mundo adulto em que estão imersas. Na exploração do próprio corpo, na observação do corpo de outros, e a partir das relações familiares é que a criança se descobre num corpo sexuado de menino ou menina. Preocupa-se, então, mais intensamente com as diferenças entre os sexos, não só as anatômicas, mas

também com todas as expressões que caracterizam o homem e a mulher. A construção do que é pertencer a um ou outro sexo se dá pelo tratamento diferenciado para meninos e meninas, inclusive nas expressões diretamente ligadas à sexualidade e pelos padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino.

Esses padrões são oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos transmitidas pela educação, o que atualmente recebe a dominação de relações de gênero. Essas representações absorvidas são referências fundamentais para constituições da identidade da criança (BRASIL, VOLUME PLURALIDADE CULTURAL E ORIENTAÇÃO SEXUAL, 2001, p.118).

Ainda tendo como referência o documento ora analisado, é possível também destacar que as formulações conceituais sobre sexualidade infantil datam do final do século XIV, ou seja, são conceitos novos profundamente arraigados em atitudes culturalmente desenvolvidas sob a égide do preconceito. Além disso, ainda hoje não são conhecidas e ou aceitas por parte dos profissionais que se ocupam de crianças, inclusive educadores. Para alguns, são seres puros e inocentes que não têm sexualidade a expressar, e as manifestações da sexualidade infantil possuem a conotação de algo feio, sujo, pecaminoso, cuja existência se deve à má influência de adultos. Entre outros educadores, no entanto, já se encontram bastante difundidas as noções da existência e da importância da sexualidade para o desenvolvimento de crianças e jovens.

Pelo exposto, esta é uma questão que ainda se encontra no rol de temas que precisa de muitas reflexões dentro e fora dos espaços sociais e educativos.

2 SEXUALIDADE NA INFÂNCIA

Sabemos que cada conhecimento é construído na relação com os outros. No caso da educação infantil, o docente tem em mãos o desafio de planejar atividades que garantam o enlace entre o cuidar e educar, que perpassa também a questão da sexualidade na infância.

Pensando assim, propomos neste capítulo reunir diálogos e discussões que envolvem a prática do professor de educação infantil, explorando seu olhar sobre a sexualidade infantil. Este é um estudo, portanto, que nos conduz ao cerne de nossa inquietação: buscar entender qual tem sido o conceito, a percepção, o entendimento e a prática do profissional da creche frente à sexualidade infantil.

2.1 PRINCÍPIOS DA SEXUALIDADE NA INFÂNCIA

Nos dias atuais, as questões que envolvem a educação sexual para/na infância estão muito ligadas à educação física, isto porque a sexualidade a que os estudiosos têm se referido esta irremediavelmente ligada à saúde.

Furlani (2011, p.65) destaca que “as escolas que não proporcionam a educação sexual a seus alunos e alunos estão educando-os parcialmente”, com que concordamos dadas às especificidades que norteiam o tema em debate. Ainda dialogando com a autora é possível identificar oito princípios para uma educação sexual na escola que identificam o respeito às diferenças. Estes princípios segundo ela, longe de terem qualquer pretensão de finitude ou de receita, são entendimentos que procuram mostrar o quanto os trabalhos pedagógicos e docentes estão rigorosamente articulados. Essa articulação aponta para certa coerência teórica e política.

Neste sentido, cabe a partir de agora trazer à nossa discussão tais princípios a fim de que tratemos do assunto de suma importância para a educação infantil:

a) **Princípio 1 – “A educação sexual deve começar na infância e, portanto, fazer parte do currículo escolar”.**

Este princípio nos lembra que os assuntos discutidos na educação sexual são conhecimentos imprescindíveis à formação integral da criança e do/a jovem,

pois, a sexualidade é construída discursivamente e se manifesta em todas as fases da vida (FURLANI, 2011, p.67).

b) Princípio 2 – “As manifestações da sexualidade não se justificam, apenas, pelo objetivo da reprodução”.

Este princípio destaca que o principal paradigma a ser desconstruído é o entendimento de que a sexualidade, para as pessoas, justifica-se pela reprodução. Inclusive, esta análise está em consonância com os RCNEIs, quando dizem que as manifestações da sexualidade não estão ligadas a reprodução humana, mas a constituição psíquica e física do sujeito, especialmente na primeira infância. Visão essa que surgiu recentemente na história humana: o entendimento de que a criança possui uma sexualidade que pode e deve se expressar (FURLANI, 2011, p.67).

c) Princípio 3 – “A descoberta corporal é expressão da sexualidade”.

Brincar com os genitais é uma etapa desse aprendizado, presente na infância. Comumente na Educação Infantil, as crianças manipulam seus genitais – o que causa muitas vezes, embaraço e constrangimento na escola. Este ato faz parte de um processo universal, esperado e benéfico do aprendizado infantil e da sexualidade (FURLANI, 2011, p.68).

d) Princípio 4 – “Não deve haver segregação de gênero nos conhecimentos apresentados a meninos e meninas; portanto, a prática pedagógica da educação sexual deve acontecer sempre em coeducação”.

Neste princípio, Furlani (2011, p. 68) traz o conceito de coeducação, que significa um ensino misto no qual se prioriza a convivência entre meninos e meninas, que desenvolvem as atividades pedagógicas, juntos. Esta ideia envolve mais atividades físicas no Ensino Fundamental, que tende a separar meninos e meninas. Interessante que as crianças, desde cedo, reconheçam-se como diferentes no gênero, mas como iguais enquanto sujeitos, para que não sejam alimentados valores sexistas ou machistas, tão danoso às relações humanas e ao respeito ao outro.

e) Princípio 5 – “Meninos e meninas devem/podem ter os mesmos brinquedos”.

Neste princípio, a autora destaca que nossa cultura define que meninos e meninas possuem brinquedos específicos, e muitos pais e mães, professores e professoras acreditam que essa definição lúdica determina, por exemplo, a orientação sexual futura da criança. Essa construção cultural geralmente é limitada e engessa o aprendizado das crianças, sobretudo quando nós, professoras e professores, apegamo-nos às construções rígidas de gênero, considerando não adequado que meninos brinquem de casinha, por exemplo (FURLANI, 2011, p.69). Importante, então, pensar que o brincar não tem gênero e toda criança tem o direito de vivenciar papéis e explorar brinquedos, rompendo com a visão de que existe atividade lúdica e cor de roupa específica para cada gênero. Pensamos que explorando este princípio, podemos estar contribuindo para uma sociedade menos preconceituosa.

f) Princípio 6 – “A linguagem plural, usada na educação sexual, deve contemplar tanto o conhecimento científico quanto o conhecimento familiar/popular/ cultural”.

Neste princípio, encontramos uma discussão bastante interessante sobre a sexualidade, pois, segundo Furlani (2011, p.69), “a escola deve considerar igualmente válido os saberes populares e os saberes sistematizados pela humanidade ao longo de sua história”. Na educação sexual, as crianças e jovens aprendem os nomes dos genitais e das partes do corpo, numa associação com a nomenclatura ensinada na família. Esse entendimento, de respeito e de reconhecimento da multiplicidade, é um primeiro e simples passo para a compreensão da diferença como algo positivo.

g) Princípio 7 – “Há muitos modos de a sexualidade e o gênero se expressarem em cada pessoa; portanto, eu posso ter alunos/as se constituindo homossexuais”.

Já neste princípio, a autora vai tratar do assunto mais escorregadio hoje dentro das questões que envolvem a orientação sexual. Ela afirma que o afeto e a atração erótica entre pessoas do mesmo sexo talvez seja o aspecto da sexualidade

humana, ainda hoje, mais difícil de ser aceito e compreendido por muitas pessoas, entre elas educadores/as. Ressignificar esse sentimento negativo e considerar essa sexualidade como positiva constituem, portanto, um desafio para a escola (FURLANI, 2011, pp.69-70).

h) Princípio 8 – “A educação sexual pode discutir valores como respeito, solidariedade, direitos humanos”.

A autora apresenta este princípio como um espaço para questionamento de situações que conduzem ao preconceito. Para ela, a educação sexual pode ser vista como uma forma de a escola contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, na busca pela paz, contra as muitas formas de exclusão baseadas no sexo; no gênero; na raça; na etnia; na sexualidade; na origem, na religião e na classe social (FURLANI, 2011, p.70).

Com base nestes princípios, é possível conduzir educadores/educadoras ao regate de aspectos valorativos que compõem a natureza humana e considerar como positivo o conceito da diferença. É desta forma que acreditamos na efetiva contribuição da função social das instituições educativas, sejam elas creches ou escolas, para a formação de sujeitos - homens e mulheres - que tenham valores de respeito e de igualdade, diante das diferenças.

2.2 O PROFESSOR E SEU OLHAR SOBRE A SEXUALIDADE NA INFÂNCIA

Ainda bastante controverso dentro das escolas, o tema “sexualidade” é algo que parece estar envolto a um ar de mistério, seja como algo proibido ou movido por uma espécie de tabu. Na verdade, destaca Borges (2002, p.47), enquanto a maioria das escolas se recusa, aberta ou veladamente com a cumplicidade das famílias, a incluir a sexualidade como tema a ser abordado com propósito e intenção em seu cotidiano, pais e educadores não saberão o que/como fazer em situações consideradas “impróprias” entre as crianças. São filhos e alunos “dando beijo na boca”, “embaixo da mesa com o pinto de fora e outros meninos olhando”, “com a mão dentro da calcinha”, “indo para trás da porta”, “um/uma coleguinha levantado a

saia da menina ou baixando o short do menino” ou perguntando “por onde saem os bebês”.

Como, então, lidar com situações como as descritas? Não é fácil, principalmente quando a creche, a escola, a família, o professor, os pais não se sentem abertos, livres para discutir e investigar junto com as crianças as respostas que elas precisam.

Apesar de buscarmos focar essa discussão com mais dialogicidade no próximo capítulo, uma vez que nos propusemos neste tópico apenas considerar o olhar do professor sobre a sexualidade na infância, é importante lembrar, desde já, que a mídia, especificamente, tem produzido a imagem da criança um adulto em miniatura para as questões sexuais, que envolvem a sexualidade. O que vemos são propagandas ou programas televisivos ou não, mostrando crianças com roupas de adulto, bastante eróticas, muita maquiagem, sandálias e bolsas (acessórios), cortes de cabelo imitando aqueles usados por adultos, enfim, situações que envolvem a criança nos diferentes espaços sociais.

Vemos não só crianças por dentro de enredos televisivos embalados por sexo e violência, mas também famílias inteiras dançando coreografias no mínimo ‘pornoeróticas’ (afinal, estamos na era da *bunda music!*) em ingênuas festinhas de aniversário, porém escandalizadas na porta da escola quando a filha conta em casa que seu colega pediu para vê-la ir ao banheiro! (BORGES, 2002, p.48).

Esse é um momento que, de forma perceptível ou não, estamos consumindo sexo por meio de revistas, filmes, programas infantis, juvenis ou não, por meio da música e da dança, lado a lado de nossas crianças, por vezes até, sentados juntos no mesmo sofá ou deitados na mesma cama. Da mesma forma, encontramos-nos envolvidos por situações que, de repente, paralisam e desconcertam porque os pequenos nos abordam diretamente sobre o tema, assumido como uma conversa complexa, difícil e de caráter melindroso.

Todavia, há que se ressaltar que a sexualidade infantil é diferente da sexualidade adulta. Inerente a qualquer criança, sua demonstração será particular a cada uma. Daí a necessidade do adulto em compartilhar conhecimentos que o permitam evidenciar e saber conduzir situações que demonstrem o despertar da sexualidade na infância. É nesta perspectiva que, hoje, mais do que sempre, dadas

às circunstâncias que permeiam a vida contemporânea, os professores de educação infantil precisam estar munidos de toda ferramenta e conhecimento necessários para lidar com as situações que envolvem seus alunos no interior das salas de aula, em especial, das creches.

Borges (2002) indica que é de responsabilidade, principalmente das educadoras, oferecer um suporte teórico que permita compreender e superar algumas das muitas dificuldades com as quais se defrontam diariamente na prática escolar em relação à sexualidade infantil. É possível observar que o educador infantil pode ter um olhar diferenciado, positivo e coerente com a realidade, no que concerne às discussões que envolvem a sexualidade, mas precisa de embasamento e formação adequada para que se conscientize das necessidades de se fazer um trabalho de educação sexual na escola de forma intencional oportunizando aos alunos/as uma vivência mais tranquila e sadia da sua sexualidade neste momento de suas vidas e uma possibilidade futura de vivenciá-la com menos tabus, menos preconceitos, maior prazer e também maior responsabilidade.

Neste sentido, fica evidente que educação sexual é o aprendizado automático, constante e inconsciente de atitudes, gestos e ideias que se inicia a partir do nascimento. Por isso, afirmam que a contribuição dos estudos de Sigmund Freud (1856-1939) foi decisiva para que hoje pudéssemos reconhecer a existência da sexualidade infantil. As descobertas de Freud sobre a sexualidade infantil provocaram grande espanto na sexualidade conservadora do final do século XIX, visto que até esta época a criança era vista como um símbolo de pureza, um ser assexuado, longe das amarras que produziam situações de erotismo.

Isto posto, ao chegar à educação infantil, a criança já traz a socialização elementar e doméstica, de caráter familiar, como também muito de seu comportamento frente à sexualidade. Entretanto, há que se ressaltar que ao longo dos tempos, a sociedade vem, pouco a pouco, familiarizando-se e compreendendo as diferentes formas de expressão da sexualidade infantil.

De fato, podemos entender que cabe à escola e ao educador, seja da educação infantil ou não, transformar e discutir tabus, crenças, e atitudes existentes na sociedade, de forma que a educadora assuma uma postura ética, respeitando a cultura, os valores e a religião, possibilitando aos educandos e educandas

autonomia a fim de, positivamente, eleger seus valores, suas posições e ampliar seu universo de conhecimento.

2.3 POSSIBILIDADES DIDÁTICAS PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Hoje, com as práticas libertadoras defendidas por Paulo Freire, a educação tem tomado novos rumos. Ela tem pretendido contribuir para o desenvolvimento integral do indivíduo e para sua inserção numa vida de cidadania plena, e assim, a educação sexual é assunto que não pode ficar ausente dos currículos escolares.

A sexualidade é uma dimensão humana. Ela está presente em todas as fases, apresentando mecanismos próprios de manifestação, de significação e de vivência pessoal. Assim como o desenvolvimento humano, a sexualidade deve ser vista como um processo contínuo, porém reconhecidamente diferenciado. Atividades e temáticas trabalhadas na Educação Infantil podem ser complementadas, aprofundadas e/ou retomadas no Ensino Fundamental, Médio, na universidade, na formação continuada.

Mas, afinal, como iniciar? Como desenvolver práticas, neste caso, junto às crianças pequenas, com professores, pais e familiares? Certamente, é para muitas pessoas um ato difícil. Quando se trata de dar início a uma prática docente de planejamento e de implementação de atividades no campo da educação sexual, muitos/as educadores não sabem por onde começar.

De acordo com Furlani (2011, p. 87-89), é preciso que se estabeleçam atividades articuladas e coerentes com o currículo da instituição educativa. Devem ser intencionalmente planejadas para permitirem conversas e reflexões sobre a temática (sexualidade) e sobre as identidades culturais que constituem os sujeitos sociais e escolares (especialmente, gênero, raça, etnia, orientação sexual, classe social e condição física). Isso coloca a escola como uma importante e estratégica instituição na problematização dos preconceitos e na busca de uma sociedade da paz e da igualdade, também em seu sentido político.

Ainda em consonância com a autora, é possível destacar algumas etapas didáticas de atividades planejadas para a educação sexual independente do nível da educação básica.

Etapas didáticas de atividades planejadas para a educação sexual:

1 – Conhecer as partes do corpo de meninos e meninas – a diferença começa aqui!

2 – Entender noções de higiene pessoal e os conceitos de nudez e privacidade.

3 – Problematizar a linguagem:

-Mostrando sua pluralidade;

-Questionando o tratamento genérico masculino;

-Questionando a importância conferida a reprodução;

-Questionando a forma de nomear o corpo

-Comparando seres humanos com animais e plantas

4 – Conhecer os vários modelos de famílias.

5 – Iniciar o entendimento acerca das “diferenças” a partir do respeito às diferenças de gênero, racial, étnica, sexual, de condição física.

6 – Apresentar a educação de meninos e meninas a partir dos Estudos de Gênero.

7 – Discutir informações acerca das mudanças futuras do corpo.

Furlani (2010, p. 127), ao preconizar o planejamento de tais atividades enfatiza a ideia que o desenvolvimento humano deve ser sempre visto como uma continuidade, porém reconhecidamente, diferenciado. Sob este ponto de vista, diferente não é só uma mudança corporal, mas também as manifestações e significados da sexualidade. No entanto, não é esse o ponto de vista hegemônico no pensamento social. A noção que temos sobre vida sexual é aquela que comprime os limites de uma aceitável vivência da sexualidade entre o período reprodutivo. Ou seja, ninguém questiona a atividade sexual e as manifestações da sexualidade no intervalo compreendido entre a puberdade e o climatério. A sexualidade do que está antes e do que está depois é vista com o olhar de censura, da discriminação, do espanto, do feio, da incompreensão.

Talvez este seja um dos motivos pelo qual as manifestações da sexualidade infantil nos pareçam tão absurdas, tão improváveis, rodeadas de interpretações adultas que levam à noção de precocidade, aberração, perversão, despudoramento, depravação, safadeza, molequice.

Assim posto, então buscamos ir a campo para investigar como a sexualidade tem acontecido e sido tratada em algumas creches, campo de nosso estudo de caso.

3 A PESQUISA DE CAMPO: UM ESTUDO DE CASO

Neste capítulo, resgatamos nossas inquietações que foram anunciadas no início deste trabalho acerca da sexualidade das crianças que têm sua vida educacional escolar iniciada em creches.

Foi justamente no espaço da creche que encontramos a resposta que nos conduziu ao foco desta pesquisa. Então, compartilhemos este percurso e as análises dos dados coletados.

3.1 A PESQUISA

Este trabalho iniciou-se no período do Estágio Supervisionado I, em 2010, quando visitamos duas creches no município de Guarabira – PB, onde identificamos as questões de gênero e de orientação sexual. Depois, em 2011, retornamos às instituições, com vistas a investigar de forma mais estruturada a orientação sexual na educação infantil.

Elegemos este tema porque, como educadoras de Educação Infantil, inquietava-nos saber como as creches exploravam a temática. As creches onde estivemos foram escolhidas pela proximidade do centro da cidade, o que facilitou o acesso em diferentes horários. Para coleta dos dados, desenvolvemos um questionário envolvendo questões sobre como os sujeitos vivenciam e reagem em torno de manifestações sexuais. Deixamos ao todo dez questionários, e em cada uma delas apenas um foi devolvido, o que já demonstra que o tema é mesmo pouco explorado e discutido. Visitamos as creches em dois dias, de semanas diferentes, mas mesmo assim os questionários não foram devolvidos: ou tinham sido esquecidos, ou não tinham sido feitos. Entendemos que a não entrega dos documentos sugere a fragilidade do professor atual no que concerne às práticas que envolvem a sexualidade na infância.

Para sistematizar melhor a discussão ora desenvolvida, analisamos as respostas das duas professoras.

3.1.1 Caracterização das creches e professoras

A primeira creche está localizada em uma estrada que dá acesso ao centro da cidade. Atende um público de crianças de uma comunidade reconhecidamente menos favorecida. No dia da primeira visita, para observação, a creche estava atendendo vinte e quatro crianças, divididas em duas turmas de 1 ano e 6 meses até 4 anos.

A segunda creche, está localizada mais próxima ao centro do que a primeira, ambas na área urbana da cidade. Seu público-alvo é semelhante à outra instituição visitada. No dia da entrega dos questionários, estavam na creche vinte e duas crianças, divididas em duas turmas de 1 ano e 4 meses a 4 anos.

Quanto às professoras participantes, ambas têm entre 20 e 30 anos, sendo que uma delas não tem formação específica ainda para atuar com crianças pequenas. A outra tem o magistério. Nunca participaram de um curso específico que tratasse sobre a questão da sexualidade infantil. Na verdade, só participaram de oficinas de formação oferecidas pela Universidade Estadual da Paraíba, envolvendo o brincar e a leitura. Mas, não têm conhecimento mais aprofundado da sexualidade infantil.

3.1.2 Análise das questões sobre a sexualidade infantil nas creches

A partir de agora, apresentamos as falas coletadas nos questionários. Destacamos que só iremos dialogar com as questões que realmente chamaram nossa atenção.

Nossa primeira questão se referia ao conceito de sexualidade infantil, respondida pela professora da creche 1 como “*o desenvolvimento sexual da criança*”. Com essa resposta, percebemos que não apresenta conhecimento científico sobre o conceito de sexualidade infantil, pelo contrário, percebe-se claramente que é um conceito originário dos conhecimentos oriundos de seu senso comum, sem qualquer respaldo maior específico sobre o tema. Essa fala indica a necessidade urgente de formação voltada para professores acerca da temática, para que possa melhor compreender a sexualidade infantil, bem como sua manifestação

na creche. Já a professora da segunda instituição, respondeu que “*que é o comportamento sexual das crianças ou a identidade sexual do homem e da mulher*”. Aqui, ela apresenta a incorporação de elementos que ampliam o conceito de sexualidade, quando trata da questão de gênero. Além disso, quando afirma ser a sexualidade infantil um comportamento da criança, podemos inferir que a compreende como um processo normal do desenvolvimento, na medida em que não manifestou nenhum juízo de valor a respeito, haja vista que na segunda questão, apontou que, em sua formação inicial, pode descobrir que a sexualidade “*é uma coisa natural nos seres humanos*”.

Na questão referente à experiência da professora como educadora, quanto a reação ao presenciar ou desconfiar de cenas de sexo entre os alunos, a da creche 1 respondeu que se sentiria espantada caso presenciasse algo semelhante, mostrando tanto ausência de conhecimento sobre o assunto quanto dificuldade em lidar com situações envolvendo a descoberta da sexualidade infantil. Já a professora da creche 2, indicou que até se sente preparada com leituras, mas que se acontecesse não saberia qual seria a reação.

Interessante que ambas nunca presenciaram ou desconfiaram de cenas de sexo entre as crianças. Achamos que essa pergunta poderia ter sido mais explicativa, porque manifestações de descoberta e manipulação são mais comuns. O fato de colocar a expressão ‘cena de sexo’ na questão a tornou muito fechada.

Quanto a indagação sobre como a creche poderia ajudar neste processo, obtivemos como resposta da professora da creche 1 que poderia ser através de informação e capacitação dos professores. Já a outra disse que a creche pode ajudar no diálogo com as crianças, “*para mostrar que a sexualidade infantil é normal*”.

Verificamos que uma das participantes da pesquisa indica a necessidade de formação (é a mesma professora que não tem ainda formação específica para atuar com crianças pequenas) enquanto a outra aponta o diálogo como alternativa para lidar com o assunto com as crianças.

Em outra questão, quando perguntamos: “Hoje, a sexualidade infantil está mais aflorada? No seu ponto de vista, o que contribuiu para isso?”, a professora da creche dois respondeu positivamente, acrescentando em sua resposta que “*a mídia escrita e falada e as novelas ditam a regra e as crianças tomam conhecimento bem*

antes do tempo”. Com esta resposta, indica que nos dias atuais realmente são os recursos midiáticos que têm precocemente estimulado uma sexualidade aflorada na infância, tal como aponta Borges (2002).

Como visto, nossa pesquisa de campo, por meio de questionários não envolveu um universo significativo de participantes, mas pudemos verificar que a formação do educador é uma questão urgente, para melhor prepará-lo quanto a manifestações da sexualidade infantil na creche.

3.2 PRESENCIANDO CENAS DA MANIFESTAÇÃO SEXUAL INFANTIL NA CRECHE

Neste tópico, procuramos imprimir nossas reflexões advindas dos momentos de observação realizadas em uma das creches onde realizamos nosso primeiro momento da pesquisa, ainda no Estágio Supervisionado I. Foi na creche 1. Várias foram as situações ocorridas, todavia, algumas nos chamaram mais atenção, dada a sua relevância temática.

Quando estávamos na entrevista, para a nossa surpresa, deparamo-nos com uma criança numa situação comum de afloração da sexualidade. Foi quando um menino baixou a parte inferior de sua roupa e começou a “acariciar” seu órgão genital; a professora procurou distraí-lo, chamando sua atenção para a atividade que estava sendo desenvolvida no coletivo a fim de não atrair os olhares de seus coleguinhas. Até que ele se distraiu e foi brincar com seus pares.

Outra situação interessante foi quando iniciamos a entrevista com uma das monitoras sobre as questões que envolvem a sexualidade das crianças daquela sala. Ela comentou, inicialmente, sobre as cenas que havia presenciado ao longo do ano, e uma em especial nos chamou a atenção: quando chegou no “quarto” e ouviu um gemido, aproximou-se e era seu aluno de apenas 02 anos imitando o ato sexual como se fosse um adulto, eram gemidos entoados pela criança na cadência do movimento de seu corpinho, que já estava suado e o mais interessante era que ele juntou o lençol e ficou em cima como se fosse uma pessoa. Segundo sua narrativa, sempre que ela se distrai, esse mesmo aluno vai para o berço do colega e quer tirar

sua roupa, sem falar que na hora do banho, ele quer pegar no “pipi” das meninas e no “pinto” dos meninos.

Ainda de acordo com seu relato, pudemos observar que a monitora se depara com a situação, mas procura não demonstrar importância no momento e busca desviar a atenção das crianças para alguma brincadeira interessante. Todavia, houve um dia em que, agindo por impulso, procurou chamar sua atenção aos gritos e terminou por assustá-los. Ela sabe que agiu erroneamente e procurou não repetir mais o erro.

A professora comentou que tem consciência que, muitas vezes, as crianças só reproduzem o que vêem: uma cena na TV ou até mesmo em casa, por descuido dos pais ou não. Há de se considerar, ainda, que aprendemos desde criança que tudo que refere a sexo é errado e, assim, reprimimos nossos sentimentos. Segundo a monitora, “talvez seja por isso que nos tornamos adultos despreparados para lidar com tais situações”.

De acordo com Borges (2002, p. 49), “como vemos, assumir novas posições e resgatar o tempo e sentimentos perdidos é preciso”, pois, ainda temos muito o que aprender sobre orientação sexual. As informações obtidas ainda são muito vagas e as salas da pré-escola exigem atenção e orientação sobre as atitudes e a curiosidade das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos, ao final deste trabalho, o quão as questões que envolvem a sexualidade, a orientação sexual, estão necessitando de mais discussões nos espaços infantis educativos e, em especial, nas creches.

Há que se ressaltar que as creches são espaços em que a criança de zero aos três anos inicia seu processo de socialização junto a outras crianças e a seus professores. Em geral, ao chegar à creche, o bebê traz consigo uma experiência, um modo de viver e de manifestar-se, de conhecer e de interagir com o mundo. É um lugar, portanto, que serve para ampliar suas experiências, contribuindo para a aquisição de novas competências e habilidades.

Esta fase é uma etapa dominada pelos instintos e reflexos, que possibilitam as primeiras adaptações, a descoberta do ambiente geral e caracteriza-se pelo início da atividade simbólica. Na realidade, é o momento em que os seres humanos são quase inteiramente dependentes dos adultos, o que pressupõe uma característica importante: os grupos. Com tal característica, está claro que as crianças bem pequenas precisam de um modo muito específico de organização do trabalho pedagógico e das atividades, as quais podem se constituir um eficiente instrumento de trabalho para os educadores (BARBOSA E HORN, 2008).

Ao nos reportarmos ao tema em questão, concordamos com Borges (2002, p.50), ao destacar que uma ação pedagógica sistemática dentro da escola é a prevenção, o cuidado e a proteção através da informação e das possibilidades que oferece para que sejam desencadeados processos que levem ao pensar e ao sentir, lançando assim nossas crianças no longo caminho que leva à responsabilidade frente à própria vida e à sexualidade.

Neste sentido, é certo contrariar mitos que levam ao engano, ao preconceito, ao silêncio, à mentira e a instituição da sexualidade humana como um tabu. Devemos, enquanto educadores, buscar uma prática educativa a fim de mudar uma realidade que duramente tem sido colocada à nossa frente: um sistema educacional anda falho e precisando ser repensado no que se refere às noções de sexualidade.

De fato, a relevância desta necessidade é tal que encontramos falhas iniciais já no âmbito da entrevista, quando ao entregarmos 10 (dez) questionários, apenas

dois nos foram devolvidos. Não sentimos falta de compromisso dos professores, mas falta de terem o que “dialogar” conosco, pois, demonstravam a necessidade de cursos de formação docente sobre as questões que envolvem a sexualidade.

Lembramos que apesar da alegria que tivemos em realizar uma pesquisa sobre esta temática, sua conexão com a realidade vivenciada pelos professores nos distanciam daquilo que está sendo pregado por autores como Furlani (2011) e Borges (2002). A literatura sobre o tema é escassa, sua discussão ainda é colocada em “oculto” nos currículos e nas práticas escolares. Além disso, a mídia, por exemplo, está aí disponível para as crianças de “qualquer jeito”, o que pressupõe dizer que as informações estão chegando para as nossas crianças sem o devido valor que as questões sexuais merecem na infância.

Tendo por referência a experiência que tivemos, infelizmente, continuamos, nós educadores, arcando com essa responsabilidade: formando e informando sobre a orientação sexual. Neste sentido, queremos afirmar categoricamente que cabe à escola e ao educador, seja da educação infantil ou não, transformar e discutir tabus, crenças, e atitudes existentes na sociedade, de forma que os educadores assumam uma postura ética, respeitando a cultura, os valores e a religião. Pois, acreditamos que, dessa forma, será possível aos educandos e educandas autonomia acerca da diversidade que gira no seu entorno a fim de, positivamente, eleger seus valores, suas posições e ampliar seu universo de conhecimento.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Júlio Groppa (Org.) **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

ALMEIDA, Ordália Alves; SECCHI, Leusa de Melo; SILVA, Tanea Maria Mariano da. Educação Infantil: Quais funções? Quais instâncias? **Intermeio**: revista do Mestrado em Educação, Campo Grande, MS, v. 10, n. 20, p. 62-73, 2004.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 1996**. São Paulo. Editora do Brasil, 1996.

_____. **Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1998, vol 2.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural: orientação sexual / Ministério da Educação. Secretária da Educação Fundamental. – 3. ed. – Brasília: A Secretaria, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2009.

FURLANI, Jimena. **Educação Sexual na Sala de Aula**: Relações de gênero, orientação sexual étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LIMA, Ana Beatriz Rocha e BHERING, Eliana. **Um estudo sobre creches como ambiente de desenvolvimento**. 573 Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO ENTREGUE NAS CRECHES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA
CAMPUS III – GUARABIRA

Sou Genálria Oliveira, orientanda da professora Rosângela de Araujo Medeiros. Venho solicitar a gentileza de participar desta pesquisa, a qual fará parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como tema a sexualidade infantil. Agradeço muito pela colaboração. Qualquer dúvida, procurar a professora Rosângela. Passarei no dia ____ para recolher esta pesquisa. Não precisa se identificar.

QUESTÕES

IDADE: _____

FORMAÇÃO: _____

- 1) O que você entende por sexualidade infantil? Ou melhor, que conceito você tem de sexualidade na infância?
- 2) Na sua formação (inicial ou continuada), que tipo de conhecimento foi construído acerca da sexualidade infantil?
- 3) Em sua experiência como educadora você já presenciou ou desconfiou de cena de sexo entre os alunos?
- 4) Qual foi sua reação? Você se considera preparada para enfrentar uma situação dessas?
- 5) Hoje, a sexualidade infantil está mais a florada? No seu ponto de vista o que contribui para isso?
- 6) Como a creche pode ajudar neste processo?
- 7) Para você, como os pais devem compreender a sexualidade dos filhos e orientá-los?